



**25 DE AGOSTO DE 2017**

**Sexta-feira**

- “ESTUDO” DA URBS SOBRE INTEGRAÇÃO TEMPORAL É DOCUMENTO DE QUATRO PÁGINAS
- EMPRESÁRIOS JÁ VEEM SINAIS DE MELHORA NA ECONOMIA, MAS PEDEM MAIS AÇÕES DO GOVERNO
- A EMPRESÁRIOS, RICHIA PROMETE NÃO AUMENTAR IMPOSTOS
- EMPRESÁRIOS E REPRESENTANTES DOS GOVERNOS DE BRASIL E JAPÃO DISCUTEM COMÉRCIO E INVESTIMENTOS EM CURITIBA
- SANÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA É UM MARCO PARA O SETOR PRODUTIVO, AFIRMA PRESIDENTE DA FIEG
- PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA SIMPLIFICA COBRANÇA, MAS NÃO REDUZ IMPOSTOS; ENTENDA
- EDITORIAL: A CONFUSÃO TRIBUTÁRIA
- CAUTELA PREVALECE E CONFIANÇA DO CONSUMIDOR BRASILEIRO TEM MENOR NÍVEL DESDE JANEIRO, DIZ FGV
- COMÉRCIO PERDEU 400 MIL POSTOS DE TRABALHO E 40 MIL EMPRESAS EM 2015, APONTA IBGE
- JURO DO CARTÃO DE CRÉDITO ROTATIVO SOBE DE NOVO EM JULHO PARA CERCA DE 400% AO ANO
- DIRETOR DA S&P DIZ QUE CRESCIMENTO DA AMÉRICA LATINA É “BASTANTE DECEPCIONANTE”
- MUDANÇAS PODEM ELEVAR TARIFAS DE ENERGIA
- CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVA TEXTO-BASE DE MP QUE CRIA TLP
- PRAZO DE ADESÃO AO NOVO REFIS DEVE SER ADIADO PARA OUTUBRO, DIZ MEIRELLES

- COMISSÃO QUE ANALISA REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA POLÍTICA PODE VOTAR RELATÓRIO NA TERÇA
- FRACASSO EM REFORMAR PREVIDÊNCIA PODE INVIABILIZAR ALGUNS IPOs, DIZ PRESIDENTE DA B3
- STF DERRUBA REGULAMENTAÇÃO DO AMIANTO NO PAÍS E EXPÕE "VÁCUO JURÍDICO"
- PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇO BRUTO SOBE 6,3% EM JULHO SOBRE UM ANO ANTES
- COLUNA: OMC DIVULGA NA SEMANA QUE VEM RELATÓRIO QUE CONDENA O BRASIL
- PETROBRAS REDUZ PREÇOS DO DIESEL E ELEVA OS DA GASOLINA A PARTIR DE SÁBADO
- MPF APRESENTA DENÚNCIA CONTRA 14 PESSOAS EM AÇÃO DA ZELOTES ENVOLVENDO GERDAU
- FIAT CHRYSLER DIZ QUE SEMPRE AVALIARÁ CONSULTAS SOBRE POTENCIAIS NEGÓCIOS
- FORD SE ALIA À ANHUI DA CHINA PARA PRODUIR ELÉTRICOS
- AUTOMOTIVE BUSINESS LANÇA PESQUISA PRESENÇA FEMININA NA INDÚSTRIA
- POLO CHEGA À ARGENTINA NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2018
- MERCEDES FAZ VENDA DE 142 CAMINHÕES NO BRASIL E NO PERU
- FINANCIAMENTOS CRESCEM 20% EM SETE MESES
- VOLKSWAGEN QUER NOVO POLO ENTRE OS 5 MAIS VENDIDOS
- FÁBRICA DA MERCEDES ESTÁ PARADA HÁ DEZ DIAS

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 25/08/2017</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,146	3,147
<b>Euro</b>	3,735	3,737

**Fonte: BACEN**

## **"Estudo" da Urbs sobre integração temporal é documento de quatro páginas**

25/08/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

**Obtido via Lei de Acesso à Informação, proposta não elenca benefícios aos usuários; para especialista, trata-se de "síntese"**



O cartão-transporte e o validador da Urbs Giuliano Gomes/Gazeta do Povo/Arquivo

O estudo que levou a Urbs a dizer ao vereador Bruno Pessuti (PSD) que a integração temporal no transporte coletivo de Curitiba acarretaria, inevitavelmente, um aumento de até 40 centavos na tarifa, tem apenas quatro páginas e não traz data ou assinatura algumas. Via Lei de Acesso à Informação, o *Livre.jor* pediu à Urbs "todos os estudos, conclusivos ou não, realizados pela empresa a respeito da possível adoção da tarifa temporal". Recebeu esse documento.

"Com raras exceções, Curitiba já tem sua rede constituída, logo a integração temporal vai apenas proporcionar, caso interesse aos usuários, uma outra opção de deslocamento, que hoje requer o pagamento da segunda tarifa", diz o texto do documento. Noutro trecho, lê-se que a Urbs ainda vê necessidade de "levantar quantos usuários estão pagando a segunda tarifa para completar seus deslocamentos". Ambos os argumentos parecem incompatíveis com a afirmação categórica de que a integração temporal irá onerar o preço da passagem.

Além disso o estudo não traz qualquer indicação de que estudaram-se os efeitos que beneficiam o usuário. Em São Paulo, onde a integração temporal recebeu o nome de bilhete único, ela é aprovada por 81% dos usuários, e o uso do transporte coletivo aumentou. Um aplicativo permite aos usuários, dizendo onde está e aonde quer chegar, saber que ônibus (ou trens ou linhas de metrô) usar, e onde trocá-los pelo caminho --sem precisar dar longas voltas para chegar a terminais ou enfrentar lotadas estações-tubo.

"O documento parece uma síntese, um relatório, e não um estudo. [A partir dele] Não é possível ter uma avaliação confiável dos efeitos que a integração temporal teria", avalia o urbanista Carlos Hardt, coordenador da área estratégica de Cidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e vice-líder do grupo de Pesquisa, Planejamento e Design de Espaços Urbanos e Regionais do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da instituição. A pedido da reportagem, ele avaliou o estudo.

Ainda assim, o especialista faz algumas observações sobre o documento. "Se a própria Urbs afirma que a integração temporal não terá grande influência na rede, o impacto dela na receita também tende a ser pequeno", diz.

Hardt não acredita que a integração temporal seja capaz de reverter a perda de passageiros do outrora exemplar sistema de transporte público de Curitiba, que começou ainda nos anos 1990. "Ainda assim, a Urbs não deve e não pode deixar de estudar seriamente a medida, e não apenas como forma de dar uma satisfação a quem a demanda", argumenta.

Para o especialista, apenas a introdução de um novo modal de grande capacidade pode ser capaz de reverter a tendência de migração dos ônibus para os carros, motos ou aplicativos de transporte individual verificada atualmente.

“Um dos efeitos que o metrô teria, por exemplo, seria elevar o status do transporte coletivo. Ainda temos, em parte da sociedade, a cultura de que o transporte público é para quem não tem dinheiro, o que é uma bobagem”, explica.

### ***“Benefício é mais que óbvio”, diz Urbs***

“Temos consciência de que de 8 a 10% dos passageiros têm dificuldades que a integração temporal poderia resolver. Mas isso não pode ser feito do dia para a noite”, diz o gestor de operação transporte coletivo da Urbs, Luiz Filla.

O nó, por óbvio, é financeiro. “O benefício [da integração temporal] é mais do que óbvio. Mas temos que colocar quais as dificuldades. Gradativamente, Curitiba está fazendo isso.”

Ele cita como exemplo a linha Interbairros I, que passou a oferecer a possibilidade há alguns anos. Ainda assim, diz que a Urbs segue a pensar na construção de terminais e linhas troncais para fazer integrações e dar conta da demanda. “Quando a necessidade de passageiros é grande, é sempre preciso haver um terminal, um espaço de cobrança antecipada; o cartão não resolve”, justifica-se.

É uma defesa de algo expresso no próprio estudo: a rede de transporte curitibana, projetada para funcionar de forma integrada, pode, em grande parte, prescindir de algo como o bilhete único. “É verdade”, diz Carlos Hardt. “Ainda assim, a integração temporal pode ser implementado de forma complementar.”

Há outra dificuldade no caminho: o uso do cartão para pagamento da tarifa, muito comum noutras cidades, ainda é relativamente baixo em Curitiba --é adotado por 60% dos usuários. “E 95% são beneficiários do vale-transporte”, diz Filla.

Nesse caso, porém, cabe lembrar que a capital paranaense tem provavelmente um dos únicos sistemas em que usar o cartão não traz qualquer benefício ao passageiro, além de umas poucas linhas que já aceitam a integração temporal. Pior: para carregá-lo, é preciso ou ir à Urbs, ou pagar um real para fazer isso numa rede - ainda pequena - de bancas de jornais autorizadas.

O gerente da Urbs admite o problema, mas diz que dar descontos na compra de créditos - ou universalizar a integração temporal - causaria déficit no caixa da empresa que administra o sistema de ônibus.

“Hoje, como quem mais compra créditos são os empregadores que oferecem vale-transporte, eles seriam os beneficiados por um desconto. E, num primeiro momento, só haveria menos receita no sistema. Daí, ou cobra-se do usuário, ou a prefeitura paga. E universalizar o uso do cartão traz outras questões, como o que fazer com os cobradores de ônibus. É uma decisão com variáveis técnicas, políticas, sociais, econômicas”, avalia Filla.

É um argumento, porém, que não convence Hardt. “Dizer que os grandes beneficiados serão os empregadores é faccioso.

O que importa, para a comunidade, é se o usuário do ônibus gasta mais ou menos e tem mais facilidade para usar o sistema. Mas um eventual benefício ao empregador não é negativo. E qual o público que a Urbs quer atingir, afinal? O que já existe, ou o que ainda usa carro para se locomover?”

## **Empresários já veem sinais de melhora na economia, mas pedem mais ações do governo**

25/08/2017 – Fonte: Valor Econômico



A economia já dá sinais de melhora, mas a retomada será lenta e só irá se consolidar se for acompanhada por medidas efetivas, como a aprovação de reformas estruturais e a retomada dos investimentos em infraestrutura, entre outras. Essa é, na média, a opinião dos dirigentes - empresários e executivos - das 25 campeãs setoriais do anuário Valor 1000.

"O Brasil é um país que sempre vai crescer, em que a gente acredita, estamos aqui há dezenas de anos e vamos ficar pelos próximos cem ou mais, vamos continuar investindo". disse Bernardo Paiva, presidente da Ambev, escolhida como empresa do ano da 17ª edição do anuário, lançada ontem no Hotel Unique, em São Paulo.

O evento premiou as empresas de melhor desempenho em 25 setores e teve a presença do ministro Henrique Meirelles, da Fazenda. Ele afirmou que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em março deste ano, será compensada, possivelmente com alguma mudança de alíquota que compense a perda de receita, mantendo a carga tributária, sem elevá-la, e demonstrou ainda confiança na agenda de reformas.

"A aprovação da reforma trabalhista mostra que reformas continuam", afirmou. Questionado sobre se o teto de gastos sobrevive em 2018 e 2019 sem a reforma, ele afirmou que a idade mínima precisa ser aprovada na reforma da Previdência, mas admitiu que o governo tem medidas na manga caso isso falhe. Ele disse, no entanto, que não é momento de falar sobre o assunto.

"Temos pronto um mapa de medidas, que não é o momento de discutir ou apresentar, caso a Previdência não seja aprovada. Vamos discutir outros passos, mais estruturais. Na medida em que a economia volte a se recuperar, teremos superávits cada vez maiores", afirmou. Meirelles fez ainda coro com os empresários ao dizer que "a recuperação da economia está surpreendendo positivamente".

Para o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, já é possível notar sinais de recuperação. "Temos o caso de uma empresa coligada, a VLI, onde que já começamos a ver uma retomada da atividade de transporte de carga geral", afirma. Para ele, a redução dos juros e da inflação tem ajudado na recuperação. Porém, diz, "seria interessante" se o país avançasse nas reformas, melhorando a situação fiscal.

Os sinais de melhora são visíveis, mas ainda tímidos, na visão de Cristiano Teixeira, presidente da Klabin. "Já começam a aparecer, mas precisamos de consistência e maior visibilidade da economia doméstica."

Teixeira diz que a companhia tem registrado crescimento acima de 3%, em função da especificidade de suas operações, caracterizada, principalmente, pela flexibilidade nos negócios e mix de produtos.

Para o executivo, a retomada da atividade se dará quando houver um ambiente favorável, com melhora do investimento, geração de emprego e renda. Isso depende de um cenário político melhor, que favoreça as reformas e influencie a confiança.

A retomada não é exuberante, mas é visível, com impacto na confiança de empresas, consumidores e investidores, afirma José Galló, presidente da Lojas Renner.

"Os setores lentamente vão irradiando seu crescimento e fazendo com que se tenha uma melhora da economia", afirma. Para Galló, a queda dos juros ajuda na retomada da atividade e a da inflação tem recuperado o poder aquisitivo da população. "São três variáveis que têm influência na economia: juros, inflação e desemprego. As três estão melhorando".

O país precisa prosseguir com as reformas, acelerar o programa de privatização e cortar os gastos correntes, afirma Claudio Bergamo, CEO da Hypermarchas. "O próximo presidente deveria ter uma agenda modernizante para o país, dando continuidade às reformas, ao controle da situação fiscal e à redução do tamanho do Estado 'operador', com aumento da produtividade dos serviços públicos", afirma.

A reforma fiscal e a estabilização do cenário político serão fatores-chave para acelerar a retomada da atividade, defende Angelo Brazil, diretor-presidente da Arlanxeo, fabricante de borracha sintética. "O país tem bases sólidas para voltar a crescer e registrar as fortes demandas de anos atrás", afirma.

O presidente do conselho de administração da Baterias Moura, Edson Viana Moura, diz ainda não ter percebido sinais de melhora na economia. Para ele, a retomada pode ocorrer com privatização de estatais.

A estabilidade política e a segurança regulatória são os dois fatores "indispensáveis para a atração de investimentos", diz o presidente da Copersucar, Paulo Roberto de Souza. Para ele, a atividade demonstrou até agora "sinais tímidos de melhora" e é preciso intensificar a "agenda de reformas" para "recuperar o tempo perdido".

Para a direção da fabricante de elevadores Atlas Schindler, há perspectivas de retomada econômica, ainda que gradual, neste semestre. "Acreditamos em crescimento moderado na demanda por novos equipamentos", diz o diretor técnico e de suporte, Marcello Delano.

O presidente da concessionária Renovias, Rogério Cezar Bahú, considera ainda tímidos os sinais de retomada, mas entende que, "depois de uma série bastante longa de queda no tráfego, principalmente de veículos comerciais, começam a aparecer os primeiros sinais de recuperação". Para ele, é preciso uma injeção de recursos em infraestrutura.

O governo precisa aprovar "logo" as reformas em curso, principalmente a da Previdência, para acelerar a retomada da atividade, defende Marcos Giombelli, diretor da MA Máquinas Agrícolas. Ele defendeu redução da dívida pública e ampliação dos investimentos em infraestrutura para a retomada.

## **A empresários, Richa promete não aumentar impostos**

25/08/2017 – Fonte: GS Notícias

Uma promessa de não aumentar mais os impostos e a apresentação de números sobre o saneamento das contas do Estado, feitas pelo governador Beto Richa (PSDB), animou lideranças empresariais. Na última quarta-feira, Richa participou de um encontro com empresários na ACP (Associação Comercial do Paraná), em Curitiba.

No encontro, o governador disse que as receitas estaduais cresceram 2,5% e as despesas caíram 7,5%. "Quando o governador chamou as entidades empresariais, em 2014, e apresentou o equilíbrio financeiro nas contas, aceitamos ajustes pesados como a revisão tributária de 95 mil itens, mais o aumento do IPVA.



Muitos empreendedores ficaram no caminho", afirmou o presidente da ACP, Gláucio Gears. "Esse evento foi uma grande oportunidade para o governo mostrar o que fez com nosso apoio. Agora, precisamos que o Paraná, por estar mais equilibrado que outros estados, consiga descolar da realidade nacional e comece a gerar empregos", complementou.

O ajuste das alíquotas do ICMS em 2014 castigou o setor produtivo, reduzindo a competitividade das empresas paranaenses. "Foi interessante a iniciativa do governo de apresentar a situação financeira atual do Estado, bem como estabelecer um canal de comunicação. Não existe espaço para novos aumentos, quando a tributação representa 36% do PIB", ressaltou o presidente da Acil (Associação Comercial e Industrial), Claudio Tedeschi, que acompanhou a reunião.

O empresário acredita que a redução das despesas públicas e o enfrentamento de interesses corporativos é o caminho para uma economia sadia. "Se você promove o desenvolvimento do Estado por meio de uma atividade econômica sadia, a economia fica sadia. Se for um desenvolvimento a base de privilégios, a atividade econômica fica debilitada.

O grande drama brasileiro é o setor público e o corporativismo, a começar pelo déficit da Previdência, na qual o servidor aposentado ganha em média R\$ 9 mil contra R\$ 1,6 mil do aposentado da iniciativa privada", criticou.

O presidente da Acil afirma que, "neste aspecto", o governador "teve coragem" em não dar aumentos aos servidores estaduais. "É coerente diante de um cenário em que todos estão se esforçando para superar uma crise sem precedentes", avaliou. A Acil planeja organizar uma reunião semelhante junto com a Sociedade Rural a fim de intensificar o diálogo dos empresários e comerciantes da região Norte com o governador.

## **IMPOSTOS**

Durante a reunião, o governador ressaltou que o governo não planeja aumentar impostos e que a recomposição das alíquotas de tributos estaduais, realizada na primeira fase do ajuste, adequou as taxas praticadas no Paraná às de outros Estados. Ele também lembrou outras medidas que já tinham sido adotadas para diminuir despesas. "Reduzimos gastos com custeio em 15%, extinguímos secretarias e cortamos cargos em comissão", lembrou. (Com Agência Estadual de Notícias)

## **Empresários e representantes dos governos de Brasil e Japão discutem comércio e investimentos em Curitiba**

25/08/2017 – Fonte: CNI

### **Executivos da indústria e representantes de governo dos dois países debaterão agenda para ampliar oportunidades de comércio, de cooperação de investimentos em setores estratégicos da economia**



A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e sua congênere japonesa, Keidanren, reunirão líderes do setor empresarial e representantes de governo para discutir oportunidades de cooperação e de estreitamento das relações econômicas entre os

dois países. Realizada em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), a 20ª Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão ocorrerá em 28 e 29 de agosto, em Curitiba.

Nos dois dias de encontro, cerca de 300 representantes de empresas e de governo dos dois países discutirão uma agenda de iniciativas e medidas com potencial de estimular o comércio e o investimento bilateral. O evento analisará os cenários econômicos de Brasil e Japão, possíveis medidas de melhora do ambiente de negócios e oportunidades nos setores infraestrutura, energia e agronegócio.

A abertura do evento contará com a presença do presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, do presidente da FIEP, Edson Campagnolo, e do presidente do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão e presidente da Vale, Fabio Schvartsman. Pelo governo brasileiro, estarão presentes o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco, e o ministro substituto do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Marcos Jorge de Lima.

### **SAIBA MAIS**

#### **20ª Reunião do Comitê de Cooperação Brasil-Japão**

**Data:** 28 e 29 de agosto de 2017 **Local:** Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) – Curitiba (PR)

**Mais informações:** (61) 3317-9880 e [brasil-japao@cni.org.br](mailto:brasil-japao@cni.org.br)

A programação completa está [aqui no Portal da Indústria](#)

**Sanção da Reforma Trabalhista é um marco para o setor produtivo, afirma presidente da FIEG**

25/08/2017 – Fonte: CNI

#### **Workshop realizado na Casa da Indústria, em Goiânia, reuniu cerca de 300 pessoas para discutir as mudanças na lei**

Participaram do debate representantes da FIEG, da CNI e especialistas em relações do trabalho



A aprovação da modernização das leis trabalhistas vai mudar as relações de trabalho no país, disse o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), Pedro Alves de Oliveira, ao abrir o workshop *O que Muda com a Nova Lei Trabalhista*. O evento foi realizado na Casa da Indústria, em Goiânia, nesta quarta-feira (23). Com transmissão ao vivo pelas redes sociais, mais de 800 pessoas foram mobilizadas, incluindo as participações de internautas.

“A expectativa com essa mudança é de que as novas regras contribuam para que haja melhores condições no ambiente de trabalho para os empregados e mais segurança na hora de contratar para os empregadores”, afirmou Sylvia Lorena, gerente-executiva de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), ao falar a empresários, advogados, profissionais de RH e de outras áreas presentes no debate.

A principal mudança da modernização diz respeito aos instrumentos coletivos. Com as alterações, as convenções e os acordos coletivos passam a ter força de lei. Dessa forma, sindicatos e empresas podem negociar as condições de trabalho com os empregados com segurança de que não serão questionados judicialmente. No entanto,



direitos como seguro-desemprego, salário mínimo, licença maternidade e paternidade e repouso semanal remunerado, entre outros, não poderão ser negociados.

Com a reforma trabalhista, a negociação entre empresas e trabalhadores prevalecerá sobre a lei em pontos como parcelamento das férias, flexibilização da jornada, participação nos lucros e resultados, intervalo de almoço, plano de cargos e salários e banco de horas. Segundo a FIEG, o objetivo do encontro é ajudar a classe empresarial a entender melhor o que muda e o que continua valendo.

“Com toda certeza, o Brasil vai mudar para melhor. No Brasil sempre houve o antagonismo entre trabalhadores e empresários, o que é um erro. Essa nova legislação enseja a condição para que a gente tenha um diálogo. Temos que entender que nenhum [trabalhador ou empresário] é mais importante que o outro, nós temos o mesmo valor e precisamos estar juntos. O Brasil vai melhorar muito de agora para frente”, afirmou Pedro Alves, presidente da FIEG.

Outra grande alteração da reforma trabalhista é a que regulamenta o teletrabalho, também conhecido como *home office* – quando empregado trabalha fora das dependências da empresa. Na prática, não existia uma exigência de horas trabalhadas ou regras claras para o controle de jornada para o teletrabalho, motivo de insegurança para as empresas que adotassem este regime, mesmo diante dos benefícios de uma rotina flexível para o empregado.

“Isso era meio controverso e gerava vários tipos de interpretação pelo Judiciário. A nova lei estabelece que por estar fora das dependências do empregador, o trabalhador não terá a jornada controlada”, explica.

**MODERNIZAÇÃO** - Sancionadas em julho, as novas normas trabalhistas entram em vigor no mês de novembro. Da forma como foi sancionada, ela mexe com cerca de 120 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e de leis esparsas, alterando a dinâmica das relações do trabalho entre empregadores e empregados. Por isso a pretensão do workshop foi trazer as pessoas para a reflexão do que mudou e começar uma compreensão maior sobre essas mudanças.

“A reforma trabalhista foi pensada para empresários, mas sem perder as garantias dos trabalhadores. Aqueles empresários que utilizarem a reforma trabalhista e as ferramentas que ela traz com bom senso, com boa fé, vão ter muito a ganhar”, garantiu o advogado Rafael Lara, que palestrou no evento.

E também destacou o papel da federação em se preocupar em sanar as dúvidas da categoria. “A FIEG é protagonista no estado de Goiás em tudo que se fala sobre legislação trabalhista, não só pelo seu papel institucional, mas também como uma iniciativa e força de vontade que a federação acaba apresentando” ressaltou.

### **Proposta de reforma tributária simplifica cobrança, mas não reduz impostos; entenda**

25/08/2017 – Fonte: G1

**Texto apresentado na Câmara nesta semana prevê troca de 9 impostos por 1; proposta é preliminar e precisa ser aprovada no Congresso para entrar em vigor.**

O governo e o Congresso deram nesta semana o primeiro passo na discussão da reforma tributária. O relator da reforma na Câmara, o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), apresentou seu parecer, com uma proposta preliminar.

O foco é a simplificação da cobrança de impostos. Não há previsão de mudança na carga tributária atual.

A principal medida é a substituição de 9 impostos por 1: o **Imposto Sobre Operações de Bens e Serviços (IBS)**. Se for aprovado como apresentado, o IBS substituiria os seguintes tributos:

1. Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)
2. Imposto Sobre Serviços (ISS)
3. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)
4. Programa de Integração Social (PIS)
5. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
6. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide)
7. Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep)
8. Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)
9. Salário-educação

Hoje esses impostos incidem sobre cerca de 500 mil itens, em 96 setores da economia. Uma das vantagens apontadas para a criação do imposto único é acabar com as diferenças na cobrança de ICMS entre os estados.

"No âmbito do ICMS, o principal imposto dos Estados e do Distrito Federal, a existência de 27 legislações é um verdadeiro tormento para os contribuintes, o que só aumenta o chamado 'custo Brasil'", diz o deputado no documento.

O IBP poderá ter faixas de cobrança, mas a proposta não detalha quais seriam as alíquotas e o critério de classificação.

A proposta também prevê o fim da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), cobrada sobre o lucro das empresas. Esse imposto seria incorporado pelo Imposto de Renda e não pelo IBS.

### ***Imposto Seletivo***

O texto prevê que 7 setores serão isentos do IBS. A justificativa é que eles já são muito tributados hoje. São eles: energia elétrica; combustíveis; telecomunicações; cigarros; bebidas; veículos; pneus e autopeças.

No lugar do IBS, esses setores teriam que pagar o **Imposto Seletivo**, cuja alíquota também não está definida.

### ***Transição***

Se a reforma for aprovada, as mudanças serão gradativas. Pela proposta, haverá um **período de transição de 15 anos** para que as empresas brasileiras, além de governo federal, estados e municípios, possam se adaptar a elas.

O texto não muda nada para o **Simples Nacional**, regime tributário simplificado e com taxas mais baixas que vale para micro e pequenas empresas.

Ele também não altera o **Imposto de Renda** para pessoas físicas. A única mudança é a incorporação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) pelo IR de empresas.

### ***Veja os impostos que seriam mantidos:***

- IR (Imposto de Renda)
- IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)
- IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores)
- ITR (Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural)
- ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis)
- ITCMD (Transmissão de Causa Mortis e Doação)
- Contribuição da Previdência Social
- II (Impostos de Importação)

- IE (Imposto de Exportação)

### ***Fim de isenções fiscais***

Outra novidade da reforma em análise é o fim de renúncias tributárias, que são os benefícios concedidos pelo governo para estimular setores ou regiões do país.

De acordo com o relator, porém, a Zona Franca de Manaus e programas como a Sudan e Sudene, serão mantidos.

O relator propõe também que as alíquotas de tributos incidentes sobre alimentos, remédios e transporte público sejam reduzidas, mas não informou qual seria a redução e como isso seria compensado.

## **Editorial: A confusão tributária**

25/08/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

### ***Em nenhum momento o governo debateu a elevação da alíquota do Imposto de Renda junto com a diminuição de outros tributos na mesma proporção***



Um dos assuntos que tomaram as discussões nacionais nas últimas semanas, em razão da crise nas contas do setor público e dos altos déficits generalizados em todas as esferas da Federação, foi a proposta de elevação da alíquota máxima do Imposto de Renda das pessoas físicas, de 27,5% para 35%.

Vários são os discursos a favor como também muitas são as opiniões contrárias. Entre os favoráveis à elevação das alíquotas do Imposto de Renda, o argumento é quase sempre o mesmo: as alíquotas de tributação sobre a renda do trabalho no Brasil não são das mais altas do mundo, nem mesmo entre os países da América Latina. Logo, o aumento do Imposto de Renda não é absurdo. Ainda que a ideia já tenha sido descartada, é preciso analisá-la seriamente.

Há uma séria falácia nesse argumento. Em vários países, a alíquota do Imposto de Renda é maior que no Brasil, isso é fato. Entretanto, a essência da questão não é apenas quanto o governo cobra de imposto sobre rendimentos do trabalho.

A questão essencial é a carga tributária total tomada pelo governo em forma de Imposto de Renda (imposto direto) e mais 60 tributos diretos e indiretos sobre renda, consumo e circulação de bens e serviços.

Dizendo de outra forma, a essência do problema é carga tributária total sobre a renda nacional, até por uma razão pouco discutida no Brasil: a empresa é um agente neutro em matéria de tributação, pois todo imposto incidente sobre o processo produtivo e seus resultados é pago pelo consumidor no preço dos produtos que compra.

Seria ingenuidade acreditar que mais impostos provocariam melhoras sensíveis nos serviços públicos

O Chile é exemplo bastante invocado nessas discussões, por ter alíquota de Imposto de Renda maior que a alíquota máxima brasileira. Entretanto, a carga tributária total no Chile não passa de 20% sobre toda a renda da nação, enquanto no Brasil essa

mesma carga já está superando os 36%. A razão é simples: o Chile não tem a brutal carga tributária brasileira em forma de impostos indiretos sobre consumo (IPI, ICMS, PIS, Cofins e outros).

O caso da gasolina é exemplar: 50% do preço final pago na bomba do posto é imposto, ou seja, sobre o preço-base da gasolina a tributação é de 100%. Os tributos indiretos também são muitos altos em produtos como a energia e a telefonia.

O fato é que a carga tributária brasileira está perto de ser o dobro da carga tributária no Chile, ainda que a alíquota máxima do Imposto de Renda no Chile seja maior que no Brasil. Em nenhum momento o governo debateu a elevação da alíquota do Imposto de Renda junto com a diminuição de outros tributos na mesma proporção, de forma a não aumentar a carga tributária total que já sufoca a nação.

E isso não ocorrerá, pois há tributos, como o ICMS, que são dos estados e municípios, enquanto o Imposto de Renda é do governo federal, embora haja uma parcela repassada a estados e municípios. E o que o governo deseja mesmo é aumentar a já elevada carga tributária, a fim de aumentar suas receitas para cobrir os rombos nas contas públicas.

Outra questão que merece ser lembrada é o destino da elevação tributária. Seria ingenuidade acreditar que mais impostos provocariam melhoras sensíveis nos serviços públicos oferecidos à população. Na prática, como sempre acontece, impostos aumentados acabariam sendo apropriados pela máquina pública e suas corporações de políticos e funcionários. Em resumo, justificar o aumento da alíquota do Imposto de Renda comparando-a com a alíquota desse imposto em países que têm carga tributária equivalente a metade da carga brasileira é enganar a população para tomar-lhe fatia maior dos frutos de seu trabalho.

### **Cautela prevalece e confiança do consumidor brasileiro tem menor nível desde janeiro, diz FGV**

25/08/2017 – Fonte: Reuters

Os consumidores permaneceram cautelosos em agosto em relação aos gastos a prazo diante do desemprego elevado, e a confiança do consumidor no país caiu ao menor nível desde janeiro, informou a Fundação Getulio Vargas nesta sexta-feira.

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) da FGV caiu 1,1 ponto em agosto e chegou a 80,9 pontos, na terceira queda consecutiva, em um ambiente ainda de incertezas sobre evolução da economia.

"Ainda há incerteza em relação ao futuro e por isso muita cautela nos gastos com compras a prazo, em um ambiente que o comprometimento de renda e o desemprego são ainda elevados", destacou em nota a coordenadora da Sondagem do Consumidor, Viviane Seda Bittencourt.

Em agosto, a principal influência para o resultado do ICC partiu do Índice de Expectativas (IE), que recuou 2,5 pontos e foi a 88,9 pontos, também o menor patamar desde janeiro.

O pessimismo em relação à situação econômica futura compensou a melhora na percepção sobre as finanças familiares no momento atual. Assim, a alta de 1,0 ponto do Índice da Situação Atual (ISA), para 70,7 pontos, não foi suficiente para evitar a queda do IE.

O consumidor brasileiro vive um momento de inflação e taxa de juros baixos, porém com desemprego ainda alto e uma retomada da economia que ainda engatinha, o que traz cautela.

## Comércio perdeu 400 mil postos de trabalho e 40 mil empresas em 2015, aponta IBGE

25/08/2017 – Fonte: G1

O comércio brasileiro perdeu cerca de 400 mil postos de trabalho entre 2014 e 2015. No mesmo período, houve redução de aproximadamente 40 mil empresas do segmento comercial no país. É o que aponta a Pesquisa Anual do Comércio (PAC), divulgada nesta quinta-feira (24) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com a pesquisa, o comércio empregou em 2015 10,3 milhões de trabalhadores – uma redução de 3,7% em relação ao total ocupado no setor no ano anterior (10,7 milhões). A maior perda foi observada no segmento do comércio varejista, com perda de 4,2% no número de pessoal ocupado.

O atacado perdeu 2,3% do pessoal ocupado, sendo que o varejo foi o segmento que concentrou a maior proporção da força de trabalho do comércio: 73,5%, mais de 7,5 milhões de pessoas.

Já o número de empresas comerciais caiu de 1,673 milhão em 2014 para 1,573 milhão em 2015 (-2,5%).

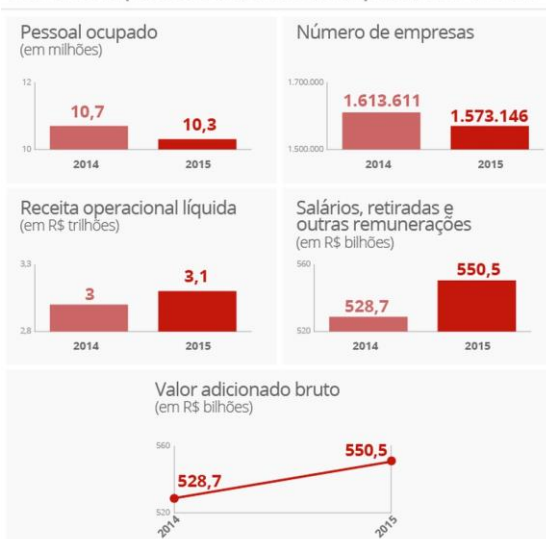
A receita operacional líquida do comércio em 2015 foi de R\$ 3,1 bilhões. Em termos reais, ou seja, descontada a inflação do período, ela apresentou estabilidade em relação a 2014, com variação de -0,5%, conforme destacou o IBGE.

Já o valor de salários, retiradas e outras remunerações do setor teve expansão de 7,44%, passando de R\$ 192 bilhões em 2014 para 206 bilhões em 2015.

O valor adicionado bruto, que é a diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido, aumentou 4,13%, saltando de R\$ 528 bilhões para R\$ 550 bilhões no período analisado.

### Números do comércio brasileiro

Números de postos de trabalho e de empresas caiu em 2015



Fonte: IBGE



Infográfico elaborado em: 23/08/2017

(Foto: Editoria de Arte/G1)

O IBGE ressaltou que 2015 pode ser considerado o ano em que a crise econômica estava efetivamente instaurada no país. Assim, a conjuntura econômica teve relação direta com os resultados apresentados pelo comércio naquele ano.

“O comércio é impactado por variáveis que determinam o comportamento dos consumidores em relação a quanto da sua renda será direcionada para consumo. Com a restrição de crédito e redução da renda, a confiança do consumidor diminuiu, provocando também a diminuição do consumo das famílias e de algumas atividades do comércio”, apontou o IBGE.

### **Setor de veículos perde cada vez mais participação no comércio**

Na PAC, o IBGE apresenta o comércio dividido em três segmentos: Comércio de veículos, peças e motocicletas, Comércio por atacado e Comércio Varejistas. Entre 2014 e 2015, o primeiro foi o que perdeu maior participação no setor, segundo a pesquisa.

A receita operacional líquida do Comércio de veículos, peças e motocicletas caiu de R\$ 349 bilhões em 2014 para R\$ 324 bilhões em 2015. Já o valor adicionado bruto do segmento passou de R\$ 51,3 bilhões para R\$ 49 bilhões no mesmo período.

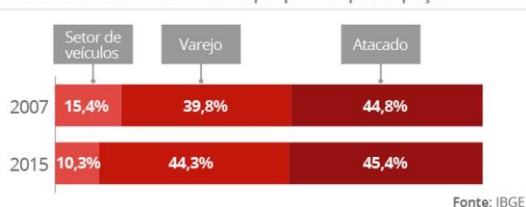
O número de empresas do segmento também registrou queda, passando de 145 milhões para 143 milhões neste intervalo. Isso refletiu diretamente no número de pessoal ocupado, que foi reduzido de 946 mil trabalhadores em 2014 para 906 mil.

Conforme dados divulgados pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrade), entidade que representa os concessionários, em 2015 a venda de veículos apresentou queda de 26,55% - foi o terceiro ano seguido de baixa nas vendas.

“O setor de veículos é muito influenciado pela renda, pelo crédito e pelo emprego. Com a retirada de alguns incentivos, como a isenção do IPI, do governo de 2015 para cá, a gente pode identificar essa queda mais acentuada”, apontou Danielle de Oliveira, gerente da pesquisa.

#### **Participação na receita do comércio**

Setor de veículos foi o único que perdeu participação



Fonte: IBGE



Infográfico elaborado em: 23/08/2017

### **Atacado e varejo aumentaram a participação**

O setor atacadista aumentou sua receita operacional líquida e seu valor adicionado bruto neste mesmo período - respectivamente de R\$ 1,3 trilhões para R\$ 1,4 trilhões e de R\$ 193 bilhões para R\$ 202 bilhões. O pessoal ocupado no segmento se manteve estável, em cerca de 1,9 milhão de postos de trabalho. Já o número de empresas aumentou de 196 milhões para 197 milhões.

Cenário semelhante ocorreu no setor varejista, que ampliou sua receita operacional líquida nos mesmos valores que o atacadista e registrou aumento de seu valor adicionado bruto de R\$ 284 bilhões para R\$ 299 bilhões. Já os números de pessoal ocupado e do total de empresas do segmento apresentaram queda no período - respectivamente de 7,9 milhões para 7,5 milhões e de 1,3 milhões para 1,2 milhões.

No comparativo dos dados de 2015 com 2007, quando teve início a atual série histórica da PAC, o setor de veículos foi o único dentre os três que perdeu participação na receita operacional líquida do comércio.

Em ambos os períodos, o setor atacadista foi o que respondeu pela maior parcela da receita operacional líquida do comércio. Segundo o IBGE, isso se deve “à presença de



empresas de grande porte em relação à mão de obra e à geração de receita, as quais contam com elevado volume de vendas.

## **Juro do cartão de crédito rotativo sobe de novo em julho para cerca de 400% ao ano**

25/08/2017 – Fonte: G1

**Apesar de queda da taxa Selic, juro médio cobrado pelos bancos também subiu em agosto. Em um cenário de inadimplência estável, 'spread' das operações avançou.**

A taxa média de juros do cartão de crédito rotativo para pessoas físicas avançou pelo segundo mês seguido em julho, quando atingiu a marca de 399,1% ao ano, segundo informações divulgadas pelo Banco Central nesta quinta-feira (24). No mês anterior, o juro do cartão rotativo estava em 380,8% ao ano.

A taxa avançou apesar das novas regras para o cartão de crédito. Julho foi o quarto mês de vigência destas normas, pelas quais o rotativo só pode ser usado até o vencimento da fatura seguinte. Se na data do vencimento o cliente não tiver feito o pagamento total do valor da fatura, o restante terá que ser parcelado ou quitado. [Entenda a regra aqui.](#)

Veja vídeo sobre as mudanças no rotativo:



Educação Financeira: entenda a nova regra do rotativo do cartão de crédito  
Já os juros médios cobrados pelos bancos nas operações com cheque especial registraram pequena queda, passando de 322,6% ao ano, em junho, para 321,3% ao ano, em julho.

A modalidade de crédito do cartão rotativo, e também do cheque especial, de acordo com especialistas, só deve ser utilizada em momentos de emergência e por um prazo curto de tempo, devido ao seu alto custo.

### **Juro bancário médio sobe**

A taxa média de juros das operações de crédito das instituições financeiras, com recursos livres (sem contar BNDES, crédito rural e imobiliário) avançou 0,4 ponto percentual em julho nas operações com pessoas físicas, para 63,8% ao ano, segundo dados divulgados pelo Banco Central.

Também subiu, em julho, a taxa média de todas as operações (pessoas físicas e jurídicas), para 46,6% ao ano, contra 46,2% ao ano em junho. No caso dos empréstimos para as empresas, também com recursos livres, a taxa somou 25,3% ao ano em julho, com alta de 0,5 ponto percentual na comparação com o mês anterior (24,8% ao ano).

A alta dos juros bancários acontece em momento de recuo da Selic, a taxa básica de juros da economia, fixada pelo Banco Central, que influencia a chamada "taxa de captação" dos bancos, ou seja, quanto eles pagam pelos recursos.

Em sua última reunião, realizada no fim de julho, Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu a taxa Selic de 10,25% para 9,25% ao ano. Foi o sétimo corte seguido nos juros básicos da economia.

### **'Spread' bancário**

O chamado "spread bancário" - ou seja, a diferença entre o que os bancos pagam pelos recursos e o que cobram de seus clientes - cresceu em julho para 37,6 pontos percentuais, contra 36,6 pontos percentuais em junho.

No caso das operações com pessoas físicas, o "spread" avançou de 53,6 pontos percentuais em junho para 54,5 pontos percentuais em julho deste ano. Esse índice ainda é elevado quando comparado à média praticada pelos bancos em outros países. O "spread" é composto pelo lucro dos bancos, pela taxa de inadimplência, por custos administrativos, pelos depósitos compulsórios (que são mantidos no Banco Central) e pelos tributos cobrados pelo governo federal, entre outros.

Dados do BC mostram que os quatro maiores conglomerados bancários - Itaú-Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal - detinham, no fim de 2016, 78,99% de todas as operações de crédito feitas por instituições financeiras no país e também 78,48% dos depósitos.

### **Taxa de inadimplência**

Dados do Banco Central mostram que a taxa de inadimplência ficou estável em julho deste ano. No mês passado, a taxa de inadimplência geral, nas operações com recursos livres (exclui crédito imobiliário, rural e do BNDES), permaneceu inalterada em 5,6%.

Considerando a inadimplência com recursos livres para pessoas físicas, porém, houve recuo no mês passado, de 5,8% em junho para 5,7%. No caso das operações com empresas, a taxa de inadimplência subiu de 5,3% em junho para 5,5% em julho.

### **Diretor da S&P diz que crescimento da América Latina é "bastante decepcionante"**

25/08/2017 - Fonte: Reuters

A América Latina provavelmente irá ter um crescimento modesto de 1 por cento ou menos como região neste ano, à medida que governos se esforçam para passar reformas após anos de populismo e más administrações econômicas, disse nesta quinta-feira um diretor-gerente da Standard & Poor's.

Isto é muito abaixo da taxa de crescimento de 2,5 por cento projetada para os Estados Unidos e de 6 por cento para a Ásia, disse Roberto Sifón Arévalo, que acompanha ratings soberanos na América Latina para a agência de classificação de risco.

"Muitos países, especialmente os grandes na região, estão saindo de altos preços de commodities que permitiram muito populismo, com muitos gastos e pouco controle e isto possui um custo", disse em entrevista.

"A região está bastante decepcionante", acrescentou.

No Brasil, a maior economia da região, Sifón Arévalo disse que a agência está aguardando para ver se reformas planejadas irão se concretizar. Na semana passada, a S&P manteve a classificação do Brasil em "BB", embora ela tenha perspectiva negativa.

Sifón Arévalo elogiou os esforços de reformas do presidente de centro-direita da Argentina, Mauricio Macri, desde que assumiu no final de 2015, mas disse que gostaria de ver o déficit fiscal reduzido mais rápido na terceira maior economia da região. O nível da dívida continua crescendo", disse.

Na Colômbia, que aprovou uma reforma fiscal no final do ano passado, Sifón Arévalo disse que a S&P gostaria de ver novos números fiscais antes de decidir se irá alterar a classificação do país.

S&P possui uma "estimativa de crescimento relativamente baixa" para o Peru por conta de efeitos de um escândalo de corrupção envolvendo a empreiteira brasileira Odebrecht, que atrasou projetos de obras públicas.

Embora o Peru tenha uma classificação BBB+ de grau de investimento, Sifón Arévalo disse que "há dois anos estava muito mais confortável neste nível de classificação do que está agora".

## **Mudanças podem elevar tarifas de energia**

25/08/2017 – Fonte: GS Notícias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) calcula que o impacto tarifário da mudança no regime de venda de energia por hidrelétricas pode ser bem superior aos 7% projetados pelo governo. Em documento entregue ao Ministério de Minas e Energia (MME), a agência fala em alta de até 16,7%, no pior cenário.

O cálculo é parte das contribuições da Aneel para a consulta pública sobre o novo marco do setor elétrico.

A proposta de revisão no marco regulatório permite que usinas que hoje vendem energia sob o regime de cotas, com tarifas mais baixas, possam migrar para o mercado livre.

Há hoje 91 usinas hidrelétricas operando sob cotas, com uma capacidade total de 29.000 megawatts (MW). Deste total, 14 são da Eletrobras e representam quase a metade da capacidade total.

"Tratam-se de ativos já depreciados, cuja remuneração foi garantida ao longo dos anos pelos usuários desde o início da prestação do serviço de geração", diz a Aneel. "Estabelecer um novo regime comercial, em que o preço será estabelecido livremente, tem um efeito perverso sobre o custo da energia suportado por esses consumidores", completa.

A agência fez simulações considerando três faixas de preços para os novos contratos dessas usinas, que hoje chega ao mercado, em média, a R\$ 75,32 por megawatt-hora (MWh). Se todas elas passarem a vender a energia a R\$ 150,00 por MWh, o impacto nas tarifas pode ser de até 7,1%. A R\$ 250,00, o impacto máximo sobe para 11,9% e a R\$ 250,00, chega a 16,7%.

Caso a adesão seja apenas de metade da capacidade das usinas que vendem sob cotas, o impacto máximo será de 3,6%, com preço a R\$ 150,00, e de 8,3% com preço a R\$ 250,00.

O governo alega que usará parte do bônus pago pelos empreendedores que optarem pela mudança no regime para reduzir encargos setoriais cobrados na conta de luz, o que poderia compensar a alta. Outra parcela seria destinada ao Tesouro, ajudando a conter o déficit nas contas públicas.

A mudança no regime comercial faz parte de uma ampla reforma proposta pelo governo no início de julho e não depende necessariamente da privatização da Eletrobras, proposta nessa semana pelo governo. Mas a ideia é que os dois processos sejam concluídos simultaneamente, já que a venda de ações da estatal garante os recursos para que ela pague o bônus para mudar o regime de suas usinas.

## **Câmara dos Deputados aprova texto-base de MP que cria TLP**

25/08/2017 – Fonte: Reuters

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira em votação simbólica a medida provisória que cria a Taxa de Longo Prazo (TLP).

A Casa ainda precisa votar cinco destaques que podem mudar o texto-base.

A TLP balizará o custo dos financiamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que passará a contar com menos subsídios da União, dentro de esforços para buscar o reequilíbrio das contas públicas e elevar a potência da política monetária.

## **Prazo de adesão ao novo Refis deve ser adiado para outubro, diz Meirelles**

25/08/2017 – Fonte: Folha de São Paulo

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que o prazo de adesão ao novo Refis, programa de refinanciamento de débitos que ainda está em negociação entre governo e parlamentares, deverá ser adiado do final deste mês para 31 de outubro.

"Nossa proposta é essa [adiar o prazo]. A primeira ideia teria sido 30 de setembro, mas não há emenda que proponha isso, e precisa ter uma emenda já apresentada no Congresso. O que tem lá é no dia 31 de outubro, então essa é a data", disse o ministro.

A equipe econômica esperava arrecadar R\$ 13 bilhões neste ano com o programa, mas mudanças feitas por parlamentares na comissão que tratou do tema reduziu esse montante para menos de R\$ 500 milhões.

Uma nova versão do programa está em negociação no Congresso, e a Fazenda espera que seja possível chegar a uma arrecadação próxima de R\$ 10 bilhões.

"É um processo normal de negociação. Tivemos reunião com a comissão de senadores e deputados e a partir daí apresentamos uma série de sugestões, uma proposta negocial. Há uma contraproposta que estamos analisando e estaremos prosseguindo no decorrer desta semana", disse Meirelles. "Vamos tentar fazer o mais rápido possível. Depende de um acordo", disse.

Questionado sobre as alternativas que estão sendo negociadas, Meirelles declarou que "não é produtivo anunciarmos agora".

"Existem diversas alternativas. Tem o uso de crédito fiscais, prazos mais longos, descontos", exemplificou.

Um ponto importante a ser definido, de acordo com ele, é o valor dos débitos. "Existe um ponto importante que é a diferenciação das empresas que têm débitos tributários até um certo tamanho, pequenos, das que têm maiores", disse o ministro.

"A proposta do governo foi que [essa definição] seria de R\$ 15 milhões. Mas o projeto do relator previa que isso fosse para R\$ 150 milhões. É inaceitável. Estamos discutindo isso."

## **Comissão que analisa regulamentação da Reforma Política pode votar relatório na terça**

25/08/2017 – Fonte: Portal da Câmara

### ***Comissão que analisa regulamentação da Reforma Política pode votar relatório na terça***

A Comissão Especial da Reforma Política reúne-se nesta terça-feira (29) para votar o relatório do deputado Vicente Candido (PT-SP) que regulamenta o financiamento público de campanhas e o "distritão" (voto majoritário para deputados e vereadores), entre outros pontos.

Vicente Candido disse que acatou todas as sugestões que tinham acordo, mas muitas ainda estão nos destaques, que podem ser prejudicados.

Entre as mudanças, Candido ampliou no texto a participação feminina. Na eleição para o Senado Federal, em que o partido apresente duas candidaturas, uma das vagas será preenchida com um candidato do sexo masculino e a outra com candidata do sexo feminino.

#### **Divergências**

Os pontos de divergência restantes seriam decididos na votação dos destaques, entre eles, os critérios de distribuição dos recursos do fundo público para financiamento de campanhas entre os partidos e a duração das campanhas, 45 ou 60 dias.

Alguns deputados defendem a distribuição da totalidade do fundo de acordo com a votação dos partidos na última eleição.

A proposta também estabelece o dia primeiro de agosto para o início das campanhas, que terão 60 dias. Há deputados que alertam para a necessidade de campanhas menores para reduzir custos.

A proposta de emenda à Constituição que cria o fundo público para financiamento de campanhas e muda o sistema de eleição para o Legislativo está sendo analisada pelo Plenário. O texto da comissão especial vai regulamentar esses pontos por meio de projeto de lei, que ainda deve ter a urgência aprovada para seguir diretamente para análise do Plenário.

A reunião será realizada às 14 horas, em plenário a definir.

## **Fracasso em reformar previdência pode inviabilizar alguns IPOs, diz presidente da B3**

25/08/2017 – Fonte: Reuters

Um eventual fracasso do governo do presidente Michel Temer em tentar fazer aprovar a reforma da previdência ainda este ano certamente vai decepcionar o mercado financeiro e pode inviabilizar algumas ofertas iniciais de ações (IPO, na sigla em inglês) previstas para acontecer neste ano, disse nesta quinta-feira o presidente-executivo da B3, Gilson Finkelsztain.

"Seria uma decepção se não sair pelo menos uma reforma pequena", disse o executivo a jornalistas antes da abertura do 8º Congresso Internacional de Mercados Financeiro e de Capitais.

Segundo o executivo, há várias companhias preparando apresentações (roadshows) para IPOs em setembro e mais de 10 ofertas de ações para acontecer nos próximos meses, entre IPOs e ofertas subsequentes.

Para o presidente da B3, há fatores positivos em curso que permitem prever uma expansão de longo prazo do mercado de capitais brasileiro, não apenas o de ações, como a queda dos juros e as reformas estruturais como a da previdência.

De certa forma, ponderou Finkelsztain, isso já está se refletindo na escalada do Ibovespa, principal índice acionário brasileiro, que nesta quinta-feira superou os 71 mil pontos, renovando pela terceira sessão a máxima em 52 meses.

E além das ações, o cenário de juros mais baixos tende a acelerar a busca dos investidores por outras classes de papéis, como crédito privado, disse ele.

No entanto, uma queda na liquidez internacional é um grande risco e pode abreviar essa recuperação. Além disso, uma estagnação no ciclo de reformas no Congresso Nacional e eventuais aumentos de impostos que atinjam o mercado de capitais podem limitar essa recuperação, disse o executivo.

"Ninguém hoje acha que aumentar imposto é uma solução para o país", afirmou Finkelsztain, ressaltando, porém, que isso deve acontecer, dadas as dificuldades do governo federal em lidar com um enorme rombo fiscal.

Uma das iniciativas em discussão, a de aumentar impostos sobre lucros das empresas distribuídos aos acionistas na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio, não parece estar na agenda, disse ele. E qualquer outra iniciativa para arrecadação de recursos, como uma volta da CPMF, deveria isentar o mercado de capitais, defendeu. "É do mercado que sairão os recursos para financiar as grandes obras de infraestrutura de que o Brasil precisa", argumentou Finkelsztain.

O executivo, que assumiu no final de abril, após a aprovação regulatória da fusão entre BM&FBovespa e Cetip, que deu origem à B3, disse que a companhia está conversando sobre a potencial abertura de seus serviços da clearing de ações para uma potencial concorrente, a ATS.

"Mas as conversas chegaram a um impasse sobre preço, parece que o assunto será resolvido por meio de arbitragem", disse o executivo.

Finkelsztain disse ainda que a conclusão de todas as clearings da bolsa deve acontecer neste final de semana, tornando-se operacional na segunda-feira.

## **STF derruba regulamentação do amianto no país e expõe "vácuo jurídico"**

25/08/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

### ***Há ainda outras cinco ações que tratam sobre o amianto à espera de serem julgadas pela corte***



Protesto de trabalhadores, em 2012, a favor do uso do amianto no Brasil HENRY MILLEO / AGENCIA DE NOTICIA HENRY MILLEO / AGENCIA DE NOTICIA

Por 8 votos a 2, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram na quinta (24) manter a proibição do uso do amianto no Estado de São Paulo. O componente é muito usado para produzir telhas e caixa d'água, mas organizações de saúde apontam risco de que seja cancerígeno. Os ministros também decidiram que produção e venda



do amianto é inconstitucional —e, neste ponto sobre o alcance da decisão do Supremo, os entendimentos dos ministros divergem.

Na prática, o STF derrubou a regulamentação do amianto no país. A presidente do Supremo, ministra Cármen Lúcia, disse por meio de sua assessoria de imprensa que há um "vácuo jurídico" para os Estados que não têm legislação específica sobre o assunto (diferentemente de São Paulo): não está proibido e nem permitido.

Há ainda outras cinco ações que tratam sobre o amianto à espera de serem julgadas pela corte. Não há previsão de quando esses casos serão julgados.

## **O Julgamento**

Nesta quinta, os ministros concluíram o julgamento de dois casos relacionados ao uso do amianto: um para mudar a lei federal de 1995, que não foi alterada; outro, para saber se é válida a lei paulista que proíbe o amianto no Estado, e que foi mantida. A lei federal 9.055 de 1995 regula a exploração do mineral no país e permite a utilização do amianto de forma "controlada".

A segunda ação, sobre a legislação paulista, chegou ao Supremo em 2007 e já havia começado a ser julgada. Os ministros analisaram se a lei no Estado era válida ou se editar este tipo de lei caberia apenas à União. Votaram a favor de manter a lei o então ministro Ayres Britto e os atuais magistrados Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Dias Toffoli, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e Cármen Lúcia. Marco Aurélio e Luiz Fux foram contra.

Luís Roberto Barroso não votou porque ocupa a cadeira de Ayres Britto, que já havia votado; Gilmar Mendes não participou do julgamento.

## **Alcance da lei**

Ao fim da sessão, os ministros divergiram sobre o alcance da decisão de que o amianto é inconstitucional —ou seja, se vale apenas para São Paulo ou para todo o país. Para Alexandre de Moraes, a decisão sobre a inconstitucionalidade da lei vale apenas no processo sobre São Paulo, já que não houve quórum para alterar a lei federal.

De acordo com Dias Toffoli, a decisão vale para o Brasil inteiro, uma vez que o julgamento considerou "incidentalmente inconstitucional" a lei federal. "A consequência prática é que o amianto está banido em todas as formas. Essa lei permitia essa única forma, que era asbeto crisotila. Com a decisão, evidentemente não há mais suporte legal", afirmou. "Vale para o Brasil todo. Cada colega pode ter o seu entendimento", acrescentou.

Celso de Mello disse que, ao declarar a inconstitucionalidade da norma, o Supremo "extirpou do mundo jurídico, excluiu do universo jurídico nacional, uma regra que permitia, ainda que mediante uso controlado, o emprego do amianto". "Portanto, vejam bem, o emprego do amianto tipo crisotila, ainda que mediante uso controlado, esse emprego está, sim, vedado, porque o STF excluiu do sistema de direito positivo o artigo da lei federal", disse o decano.

"Essa decisão vale para o Estado de São Paulo, que preserva a legislação paulista. Mas, ao mesmo tempo, representa um importantíssimo precedente do STF a respeito da mesma matéria que vai ser debatida a respeito da legislação fluminense", acrescentou.

## **Saúde Pública**

Os ministros se debruçaram sobre o debate se existe a possibilidade ou não do uso controlado dessa fibra mineral. A indústria do amianto defende que sim, que o tipo produzido no Brasil possui alto padrão de segurança. As organizações de saúde pública, por outro lado, afirmam que não há possibilidade de uso seguro desse

material. O amianto já foi proibido por falta de segurança em mais de 60 países, mas, no Brasil, continua presente na maioria dos telhados.

Na semana passada, a empresa Sama Minerações Associadas S.A, que entre 1940 e 1967 explorou o amianto em Bom Jesus da Serra, no sudoeste da Bahia, foi condenada pela Justiça Federal a pagar multa de R\$ 500 milhões por danos morais coletivos como compensação de possíveis danos à saúde relacionados à extração do mineral.

### **O que diz a lei federal**

A primeira ação analisada pelo STF pediu a inconstitucionalidade de uma lei de 1995 que proibiu a extração de um tipo de amianto, mas permitiu extração, comercialização e uso de outra variedade do material. Por maioria —5 votos a 4— os ministros decidiram que a produção e a comercialização do amianto é inconstitucional.

Mas, para mudar a lei federal que autoriza o uso "controlado" do amianto no país era preciso ter seis votos. Cinco ministros votaram contra a lei, quatro a favor e dois estavam impedidos de participar do julgamento. Com isso, não havia como os magistrados alterarem a atual legislação.

Relatora do caso, Rosa Weber votou contra o uso do amianto e foi seguida por quatro ministros: Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e o decano Celso de Mello. "Quando está em causa a saúde do cidadão brasileiro, a Suprema Corte precisa se posicionar", disse Lewandowski. Ele abordou estudos da Organização Mundial de Saúde que mostram que não há índices seguros para o contato do homem com o amianto.

Fachin também destacou a questão dos malefícios à saúde. "Tal como na liberação de um medicamento, não cabe ao poder Judiciário, no caso dos autos, substituir-se ao juízo técnico a ser realizado pelos órgãos competentes", afirmou. "No entanto, para se garantir a segurança da população, é imperioso não apenas que haja manifestação da autoridade pública, como também que ela seja bem fundamentada e atualizada à luz da evolução de evidências científicas", disse Fachin.

Ele acrescentou que a lei de 1995 "não foi reexaminada, nem sequer o foram os atos que disciplinam os limites de tolerância às fibras de amianto." "Não se considerou, por exemplo, a atual viabilidade econômica de substitutos alternativos, nem se considerou a redução do limite, conforme as recomendações da Organização Mundial da Saúde", destacou o ministro.

Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Gilmar Mendes e Marco Aurélio se posicionaram a favor da permissão do produto. Moraes abriu divergência e se posicionou para manter a lei. Seu voto foi seguido por Luiz Fux, Gilmar Mendes e Marco Aurélio. Para Gilmar, o Congresso deveria analisar o caso para, eventualmente, suprimir a exploração do amianto. O voto de Marco Aurélio foi na mesma linha. "Tempos estranhos: o Supremo, ao prevalecer o voto da relatora [Rosa Weber], substituindo-se ao Congresso Nacional", disse Marco Aurélio.

Lúís Roberto Barroso e Dias Toffoli ministros se declararam impedidos porque já atuaram em ações relativas ao amianto enquanto eram advogados, antes de virarem ministros.

### **Produção mundial de aço bruto sobe 6,3% em julho sobre um ano antes**

25/08/2017 – Fonte: Reuters

A produção mundial de aço bruto subiu 6,3 por cento em julho sobre o mesmo período do ano passado, para 143 milhões de toneladas, informou nesta quinta-feira a Worldsteel, associação que representa o setor em quase 70 países.

A produção de aço bruto da China, maior produtora e consumidora da liga, subiu para 74 milhões de toneladas em julho, crescimento de 10,3 por cento na comparação anual.

A produção dos Estados Unidos teve alta de 5,6 por cento em julho na comparação anual, a 7,1 milhões de toneladas. Na União Europeia, a produção subiu 3,9 por cento, para 13,66 milhões de toneladas, enquanto na Turquia, outro importante produtor da liga, teve crescimento de 27,8 por cento, para 3,35 milhões de toneladas.

Na América do Sul, a produção ficou praticamente estável em julho, a 3,57 milhões de toneladas, com o Brasil avançando 1 por cento, para 2,83 milhões.

### **Coluna: OMC divulga na semana que vem relatório que condena o Brasil**

25/08/2017 – Fonte: G1

O governo federal já foi informado de que até o final do mês a Organização Mundial de Comércio (OMC) vai tornar público o relatório de novembro do ano passado que condenou o Brasil na ação movida por União Europeia e Japão contra a política de incentivos para a indústria automobilística, o Inovar-Auto, programa criado no primeiro mandato da ex-presidente Dilma Rousseff.

A condenação, considerada a mais severa que o Brasil já sofreu, atinge também outros instrumentos de política industrial, como a Lei de Informática, o Programa de Inclusão Digital e o Reintegra, o programa de subsídio aos exportadores.

Ciente da iminente divulgação do relatório que condena o Brasil, o Itamaraty e o Ministério do Desenvolvimento já prepararam recurso junto ao órgão de apelação da OMC, o que fará com que o processo se arraste no decorrer do ano que vem.

Por coincidência, o Inovar-Auto expira no final deste ano. E já levando em conta a condenação, o governo e a indústria automobilística já discutem uma nova política para o setor.

Ao recorrer ao órgão de apelação, o Brasil ganha tempo, mas, dificilmente, ganhará a causa, segundo avaliações do próprio governo. E, se confirmada a condenação no órgão de apelação, o Brasil terá de rever suas políticas, sob pena de sofrer retaliações comerciais dos países que entraram com ação na OMC.

Um dado circunstancial favorece o Brasil no momento: o órgão de apelação está com sobrecarga de processos em análise, o que pode fazer com que a decisão final sobre o Brasil demore mais que o habitual.

O relatório da OMC diz que o Inovar-Auto fere pelo menos três regras nas relações de comércio mundial: não tributar de forma diferenciada produtos nacionais e importados, não exigir conteúdo local e não vincular subsídio à obrigação de investimento no país.

O Inovar-Auto foi lançado para conter as importações de automóveis, que, em 2011, já representavam mais de 20% das vendas. Criou uma alíquota adicional de 30% de imposto sobre produtos industriais (IPI) para barrar as importações e outros incentivos para a produção local de automóveis, gerando forte reação da indústria e dos países que exportavam para o Brasil.

(Jorge Borges- Comentarista da Globo News, especializado em economia).

## **Petrobras reduz preços do diesel e eleva os da gasolina a partir de sábado**

25/08/2017 – Fonte: R7

A Petrobras anunciou nesta sexta-feira que reduzirá em 0,7 por cento os preços do diesel e elevará em 1,2 por cento os da gasolina em suas refinarias a partir de sábado, segundo informações no site da companhia.

O movimento vem em meio a uma nova metodologia da estatal, que prevê reajustes até diários para os combustíveis, a fim de evitar perda de participação no mercado doméstico.

## **MPF apresenta denúncia contra 14 pessoas em ação da Zelotes envolvendo Gerdau**

25/08/2017 – Fonte: Reuters

O Ministério Público Federal do Distrito Federal apresentou denúncias contra 14 pessoas, incluindo um executivo e dois ex-executivos do grupo siderúrgico Gerdau, em desdobramento de investigações da operação Zelotes, que envolve denúncias de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Em comunicado à imprensa, o MPF-DF informou que se trata da "17ª ação penal proposta no âmbito da Operação Zelotes e, desta vez, os alvos são executivos do grupo Gerdau, além de advogados e ex-conselheiros do tribunal administrativo".

Procurada, a Gerdau informou que apenas uma pessoa das 14 é executivo do grupo, Raul Schneider, diretor técnico de tributos. Outros dois nomes da lista, Expedito Luz e Marco Antônio Briondo, são ex-executivos da companhia.

A denúncia foi divulgada algumas horas depois que o presidente-executivo da Gerdau, Andre Gerdau Johannpeter, anunciou que vai deixar o comando da companhia no final do ano para dedicar-se apenas ao conselho de administração, do qual é membro. A mudança inclui ainda outros dois membros da família Gerdau que são diretores executivos e deixarão seus postos no final do ano para ficarem apenas no conselho da empresa.

"A Gerdau jamais concedeu qualquer autorização para que seu nome fosse utilizado em pretensas negociações ilegais, repelindo veementemente qualquer atitude que tenha ocorrido com esse fim", afirmou a companhia em comunicado à imprensa sobre a denúncia do MPF-DF.

A empresa ainda afirmou que "irá defender firmemente, em todas as instâncias processuais, a legitimidade e lisura de seus atos. Ressalta, ainda, que atesta a seriedade e lisura dos executivos e ex-executivos mencionados".

As ações da Gerdau encerraram em baixa de 0,7 por cento nesta quinta-feira, enquanto os papéis da holding controladora, Metalúrgica Gerdau, tiveram queda de 2,4 por cento.

Segundo o MPF-DF, "a prática criminosa ocorreu em 2011 e 2014, período em que o grupo econômico (Gerdau) teve cinco Procedimentos Administrativos Fiscais (PAFs) analisados no tribunal. A empresa discutia a anulação de débitos que em valores atualizados chegariam a 4 bilhões de reais".

"A ação penal inclui informações e provas fornecidas pelo ex-conselheiro, Paulo Roberto Cortêz que fez acordo de colaboração premiada com o MPF", acrescentou o Ministério Público, afirmando que o grupo liderado por ex-conselheiro do Carf teria acertado o recebimento de 40 milhões de reais em vantagens indevidas.

## **Fiat Chrysler diz que sempre avaliará consultas sobre potenciais negócios**

25/08/2017 – Fonte: Terra

A Fiat Chrysler (FCA) disse nesta sexta-feira que sempre avaliará qualquer consulta sobre potenciais transações, mas não tinha nada a acrescentar a seus comentários anteriores sobre um possível interesse da chinesa Great Wall Motor na sua marca Jeep.

Respondendo a questionamentos órgão regulador italiano Consob, a FCA disse: "de tempos em tempos a FCA pode receber questionamentos sobre potenciais transações estratégicas e avaliará tais consultas de modo consistente com seu dever para com os acionistas".

A FCA "não comenta especulações de mercado e, portanto, não pretende fazer mais observações sobre quaisquer consultas", disse a empresa.

A montadora disse na segunda-feira que não foi abordada pela Great Wall e que está implementando seu atual plano de negócios.

A Great Wall reiterou seu interesse na FCA nesta terça-feira, mas disse que não conversou ou fez acordos com executivos da montadora italiana-americana.

## **Ford se alia à Anhui da China para produzir elétricos**

25/08/2017 – Fonte: Automotive Business

A Ford assinou um memorando de entendimento com a Anhui Zotye Automobile, fabricante de veículos na China, para a criação de uma joint venture focada em uma nova linha de carros elétricos para o mercado chinês. A nova empresa, que terá participação igualitária entre as duas sócias, será a responsável por todo o processo dos produtos, desde o desenvolvimento até a produção, vendas e manutenção.

"Poder lançar uma nova linha de veículos totalmente elétricos no maior mercado automotivo do mundo é um passo empolgante para a Ford na China", diz o presidente da Ford Ásia Pacífico, Peter Fleet. "Os veículos elétricos terão uma participação importante na China no futuro e a Ford quer ser líder em novas soluções nesse segmento."

Além de ser o maior mercado de veículos no mundo, a China é o país onde mais cresce a oferta de energias alternativas. A expectativa da montadora é que o mercado chegue a 6 milhões de unidades por ano em 2025, sendo 4 milhões totalmente elétricos.

A nova parceira, Zotye Auto, é uma das pioneiras na produção de veículos de passageiros totalmente elétricos na China. Até julho deste ano, a marca já vendeu mais de 16 mil unidades elétricas, um aumento de 56% sobre o mesmo acumulado do ano passado.

O plano da nova joint venture faz parte do plano global da Ford, que planeja lançar 13 novos veículos elétricos nos próximos cinco anos em todo o mundo a partir do investimento de US\$ 4,5 bilhões. Para a China, anunciou uma estratégia de eletrificação que prevê que 70% dos seus veículos vendidos naquele mercado até 2025 terão uma opção elétrica. Por lá, a montadora mantém duas joint ventures, a Changan Ford e Jiangling Motors Corporation.

Os futuros veículos da nova joint venture serão vendidos sob uma nova marca local, cujas informações adicionais serão anunciadas após a aprovação do acordo definitivo. "A parceria entre a Zotye Auto e a Ford fortalece ambas as partes para que possamos ter uma participação importante no crescente mercado de veículos elétricos na China", afirma o presidente da Anhui Zotye, Jin ZheYong.

25/08/2017 – Fonte: Automotive Business



Em abril deste ano **Automotive Business** fez sondagem com as leitoras e leitores do portal sobre a participação das mulheres na indústria automotiva. Os resultados do levantamento evidenciaram diferenças importantes de salário e participação na liderança das empresas, entre muitas outras. Estes dados abriram espaço para investigação mais profunda do assunto. Nascia aí a semente para o projeto Presença Feminina na Indústria Automotiva.

A iniciativa pretende gerar conhecimento e valorizar a atuação da mulher no setor. O objetivo é entender quais espaços as profissionais do sexo feminino já conquistaram, os avanços mais relevantes, além de identificar as empresas que desenharam medidas e estão na vanguarda para equacionar questões de gênero internamente. Para isso, o projeto conta com duas fases.

A primeira, entre setembro e outubro de 2017, é uma pesquisa com as empresas da cadeia de produção e distribuição de veículos para, efetivamente, mapear a participação das mulheres desde a linha de produção até a liderança, indicando os benefícios e ganhos gerados por elas às empresas.

Com os dados apurados, começa em 2018 a segunda fase do projeto: o debate sobre o tema. Um grupo de influenciadoras formado principalmente mulheres com trajetória respeitável na indústria automotiva e em outros segmentos vai comentar os resultados, destacar avanços e apontar possíveis soluções para os desafios ainda existentes. O conteúdo gerado nesta fase vai compor o relatório final da pesquisa e alimentar um canal exclusivo de **Automotive Business** voltado ao assunto.

O Grupo de Influência já conta com nomes como Neuraci Perego, diretora da divisão de motores da Cummins para a América Latina, Celia Almeida, diretora de RH da Maxion Wheels e Dani Junco, fundadora da B2Mamy – aceleradora de negócios liderados por mulheres que são mães. A iniciativa conta com o apoio institucional da Anfavea e do Sindipeças.

### **POR QUE FALAR DA MULHER NO SETOR AUTOMOTIVO?**

O setor automotivo responde por quase 25% do PIB industrial brasileiro e, portanto, tem grande relevância para a economia do País. Diante disso, a maior presença feminina representaria participação mais ampla da sociedade na economia. Esta evolução também converge para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, elaborada pela ONU, que elenca como seu quinto objetivo o de “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.”

A pesquisa Getting to Equal 2017, feita pela Accenture com 28 mil pessoas em todo o mundo, mostra que, sem algumas ações para o desenvolvimento feminino, as mulheres só conseguirão ganhar o mesmo que os homens em 2168 nos países em desenvolvimento. Outro levantamento, da McKinsey & Co, mostrou que melhorar a igualdade de gênero adicionaria US\$ 12 trilhões à economia global.

Dados de 2015 do Ministério do Trabalho indicam que apenas 23% da força de trabalho das montadoras, fabricantes de autopeças, distribuidores de veículos e de combustíveis é feminina. No entanto, o número que indica desigualdade pode



representar uma série de oportunidades de evolução. Ao apoiar o crescimento profissional das mulheres, o setor automotivo pode se tornar exemplo positivo para outros segmentos da indústria e da economia.

## **Polo chega à Argentina no primeiro trimestre de 2018**

25/08/2017 – Fonte: Automotive Business



O novo **Volkswagen Polo** que começou a ser produzido no Brasil também será vendido no exterior já no início de 2018. O primeiro destino será a Argentina. “As exportações para lá começam no primeiro trimestre”, revela o presidente e CEO para o Brasil e América do Sul, David Powels.

Nos meses seguintes têm início os embarques para outros mercados, como México, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Uruguai. “Temos capacidade, depende apenas de especificações para combustível e versões para esses mercados”, afirma Powels.

“Durante muitos anos a participação da Volkswagen em alguns países da região foi muito pequena, de 2% a 3%, mas agora temos produtos novos e há foco na exportação, na melhoria do relacionamento com importadores”, garante o presidente da companhia.

O novo hatch se insere nos planos da VW de exportar cada vez mais para países da América Latina. “Em 10 ou 15 anos queremos chegar a 1 milhão de automóveis Volkswagen por ano na região. A maior parte desses veículos será fabricada no Brasil e na Argentina.”

Os embarques do Polo brasileiro devem ficar restritos à América Latina, mas Powels admite que o sedã Virtus (cuja produção começa até o fim de 2017) poderá ser exportado para outros países, como África e Oriente Médio.

Do ponto de vista da segurança o Polo brasileiro “poderá ser vendido em qualquer país da América Latina”, afirma o gerente executivo de desenvolvimento de produto, Antônio Carnielli Júnior, que revelou detalhes construtivos do novo hatch.

## **Mercedes faz venda de 142 caminhões no Brasil e no Peru**

25/08/2017 – Fonte: Automotive Business

A Mercedes-Benz anuncia duas vendas importantes de caminhões que totalizam 142 unidades, das quais 105 do modelo Axor 2536 6x2, adquiridos pela Transgrãos, de Patos de Minas (MG), e os demais 37 Atego 1725 comprados pela empresa Coca-Cola Lindley, de Lima, no Peru.

Os Axor serão utilizados no setor de agronegócio, para o transporte de milho em espiga. A Transgrãos atua neste mercado há 26 anos e tem como sua principal atividade o transporte de sementes de milho em espigas, sementes prontas para entrega ao produtor, cereais e insumos agrícolas entre os estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Paraná e Bahia. A venda de 105 caminhões envolveu o concessionário Prodoeste, com participação do Banco Mercedes-Benz no financiamento.

“Essa compra de 105 caminhões Axor está atrelada a novos contratos e também a

novas estratégias de ampliação na atividade de semente de milho”, informa o presidente da Transgrãos, Elias Caixeta. “Conforme a demanda do contrato, avaliamos que era necessário aumentar a nossa frota”. Com isso, a empresa passa a contar com 280 caminhões da marca, representando 75% de sua frota.

“Nossa linha de extrapesados é reconhecida no agronegócio, bem como em diversos outros setores, pelo reduzido custo operacional, alta produtividade e ampla disponibilidade para o transporte rodoviário e fora de estrada”, afirma o vice-presidente de vendas, marketing, peças e serviços de caminhões e ônibus da Mercedes-Benz do Brasil, Roberto Leoncini. “Além disso, os clientes contam com o maior portfólio de peças e serviços e cobertura da rede de concessionários, presente em todos os estados do País”.

Já no caso dos 37 Atego enviados ao Peru, esta é a primeira venda da montadora para a Coca-Cola Lindley, que possui uma frota de 1,2 mil veículos. Os caminhões já estão em operação na capital Lima para o transporte de bebidas, como a Inca Kola, refrigerante típico no país. As negociações com o mercado peruano são intermediadas pela Divemotor, representante comercial da Mercedes-Benz hoje com 18 filiais para venda e pós-venda de veículos comerciais no país.

“Um dos destaques dessa venda é a forte imagem do produto brasileiro, como a sua durabilidade, para o transporte de bebidas. É motivo de orgulho realizar esse negócio com um novo cliente do Peru, um dos principais mercados da Mercedes-Benz do Brasil para exportação de caminhões”, explica o diretor geral da Daimler Latina, Matthias Barth.

O Peru é o terceiro principal mercado de exportação de caminhões da Mercedes-Benz feitos no Brasil, atrás apenas de Argentina e Chile. “Entre janeiro e julho de 2017 tivemos um crescimento de 29% nas exportações para o Peru em comparação com o mesmo período de 2016. O volume entregue esse ano é de 294 unidades ante as 228 exportadas no ano anterior”, destaca o presidente e CEO para a América Latina, Philipp Schiemer.

## **Financiamentos crescem 20% em sete meses**

25/08/2017 – Fonte: Automotive Business



O volume de concessões de crédito liberado para o financiamento de veículos cresceu 20% no acumulado até julho na comparação com mesmo período do ano passado, saltando de R\$ 39,3 bilhões para R\$ 47,1 bilhões, segundo balanço divulgado na quinta-feira, 24, pelo Banco Central.

O relatório que traz a prévia da movimentação do sistema financeiro nacional aponta que em julho as concessões aumentaram quase 2% na comparação com junho ao atingir R\$ 7,13 bilhões, fazendo deste o terceiro melhor mês do ano até agora.

Com isto, o saldo das carteiras de veículos encerrou julho com leve alta de 0,2% sobre junho, para R\$ 143 bilhões, embora tenha representado queda de 3,2% sobre o resultado de igual mês do ano passado, que foi de R\$ 147,7 bilhões. Contudo, o saldo vem apresentando pouca variação desde outubro de 2016, quando atingiu a casa dos R\$ 143 bilhões.

Por sua vez, a inadimplência do setor, que aponta os atrasos dos pagamentos acima de 90 dias, atingiu em julho 4,2% contra 4,4% de junho. É o menor nível pelo menos desde janeiro de 2016.

Acompanhando a queda da taxa Selic ao longo do ano, a taxa média de juros praticada para crédito de veículos também vem decrescendo, apontando 23,8% a.a. em julho, o menor índice desde o início de 2016. Neste ano, a taxa iniciou em 26,2% até atingir o patamar atual. Há um ano, o índice era de 26%. O prazo médio ficou em 42 meses, em linha com o restante do período.

## **Volkswagen quer novo Polo entre os 5 mais vendidos**

25/08/2017 – Fonte: Automotive Business



A Volkswagen quer colocar o novo Polo entre os carros mais vendidos do Brasil, como revelou na quinta, 24, o presidente da montadora para o Brasil e América do Sul, David Powels: “Queremos pelo menos o top 5”, revela o executivo.

Sobre os preços a serem praticados, um fantasma que ronda os VW e vem espantando consumidores, ele afirma: “Todo Volkswagen, independentemente do segmento, nunca será o carro mais barato por causa das tecnologias, materiais e posicionamento ‘um pouco mais premium’, mas teremos preço competitivo porque será um carro de volume.” Coincidência ou não, o quinto carro mais vendido em 2017 é o VW Gol, com média mensal pouco superior a 6 mil unidades.

Com alguns itens que vão equipar todas as versões do Polo, é de se esperar que ele chegue com preços mais altos que os da concorrência. Todos terão quatro airbags, dois frontais e dois laterais, três apoios de cabeça traseiros, cintos de três pontos para todos os ocupantes e sistemas Isofix e Top Tether para prender cadeirinhas infantis.

A carroceria do modelo utiliza aços de alta e ultra-alta resistência e passou por testes de impacto frontais (a 64 km/h), laterais (a 50 km/h) e laterais contra poste (a 29 km/h). “Ela é tão resistente quanto a do Polo europeu. Tem pequenas diferenças, como o túnel central, que no carro brasileiro é mais baixo por uma preferência do mercado local”, afirma o gerente executivo de desenvolvimento de produto, Antônio Carnielli Júnior.

Os testes de impacto também resultaram em maior segurança para pedestres. O capô suaviza o impacto da cabeça nas principais regiões e em vez de uma trava central há duas, uma de cada lado. Com isso ele “agride” menos o pedestre em caso de atropelamento.

A Volkswagen também informa que o Polo é superior aos concorrentes em resistência torcional, uma qualidade que torna o carro mais previsível em curvas, em piso irregular e por isso mais seguro.

### **DIFERENÇAS DE ESTILO**

Também por preferências do mercado local o Polo fabricado no Brasil tem diferenças de estilo: “A dianteira do carro brasileiro é única e foi desenvolvida a partir do resultado de clínicas. A boca (entrada de ar no para-choque) é maior que no carro europeu”, afirma o gerente executivo de design para a América do Sul, José Carlos Pavone.

Dentro do estúdio de design, um Polo em tamanho natural esculpido em argila revelava uma traseira igual à do novo Polo europeu, mas todos os carros "de verdade" que estavam no estúdio (alguns avariados em testes de impacto) tinham a frente e a traseira cobertas.

## COMO FICAM OS OUTROS VW

A chegada do Polo vai modificar parte da oferta da Volkswagen. As vendas do Golf deverão se concentrar em versões mais caras. O Fox permanece em produção, mas também passará por mudanças. "Vamos revelar toda a estratégia no lançamento do Polo", conclui Powels.

### Fábrica da Mercedes está parada há dez dias

25/08/2017 – Fonte: Valor Econômico



Há muito tempo não se ouvia falar em longas greves de metalúrgicos em montadoras. Depois de uma fase de melhora nas relações entre empresas e sindicatos, que reduziu o ritmo desses movimentos, veio a crise econômica, que enfraqueceu a mobilização daquela que já foi uma das categorias mais organizadas do país.

Faz, entretanto, dez dias, que os trabalhadores de uma das menores fábricas de veículos do país entraram em greve. Na pacata Iracemápolis, cidade do interior de São Paulo e distante dos principais redutos grevistas na indústria brasileira, os operários da Mercedes-Benz estão parados desde o dia 16 por melhorias no valor da participação nos resultados, entre outras reivindicações.

A fábrica de carros de luxo da Mercedes é uma das mais novas do país. A chegada da linha de produção da multinacional alemã, em março de 2016, levou ao município de apenas 20 mil habitantes a expectativa de uma atividade industrial mais forte.

Mas um ano e cinco meses depois a produção do utilitário esportivo GLA parou por impasse nas negociações trabalhistas. Hoje haverá uma reunião de tentativa de conciliação entre empresa e representantes dos empregados no Ministério do Trabalho e Emprego de Piracicaba.

Antes mesmo de começarem as discussões para a renovação dos contratos de trabalho da base metalúrgica de Limeira, que engloba os trabalhadores de Iracemápolis, os operários da Mercedes pararam não apenas por questões econômicas, como o pedido de Participação nos Resultados (PLR) de R\$ 12 mil e a criação de um plano de cargos e salários, mas também motivos inusitados, como melhora no café da manhã servido na fábrica.

Com o início das negociações do dissídio da categoria, com data-base em 1º de setembro, os grevistas da Mercedes agregaram à pauta de reivindicações os itens negociados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira, que representa uma base de cerca de 25 mil trabalhadores. A categoria pede reajuste salarial de 9,2% e piso salarial ajustado pelo mesmo percentual.

Os sindicalistas não sabem ao certo quantos estão em greve. Segundo informações fornecidas pela Mercedes em abril, a unidade tem 448 funcionários. O diretor do sindicato, José Carlos Pinto de Oliveira, garante que embora a entidade não saiba precisar quantos pararam ao longo dos últimos 10 dias, os setores vitais estão parados

e que a montadora estaria conseguindo produzir apenas 10% da média diária de 50 veículos.

Oliveira comandou as negociações com a empresa que, segundo o sindicalista, se arrastam há dois meses. O diretor do sindicato diz que a maioria dos operários da fábrica da Mercedes recebem R\$ 1,9 mil por mês.

A Mercedes confirmou, em nota, a paralisação "parcial desde o dia 16" e que "conta com o retorno de grande maioria dos seus trabalhadores". Ela informou que na quarta-feira atendeu alguns pontos que "trazem impactos positivos em cerca de 10% de ganho financeiro para mais da metade do seu quadro de pessoal".

Na mesma base sindical está a fábrica da Honda, no município de Itirapina, que ficou pronta em outubro de 2015, mas nunca funcionou em razão da profunda queda de demanda no mercado brasileiro.

Com investimento de R\$ 600 milhões, a fábrica de automóveis da Mercedes é um projeto que resultou da necessidade da multinacional alemã atender às regras do Inovar-Auto, programa de benefícios do governo federal que impôs tributos extras às empresas que não atendessem a limites mínimos de nacionalização.